



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IX**

CURSO DE PEDAGOGIA

**CLEA GOMES DE ABREU DOS SANTOS
JANAINA DE OLIVEIRA DE ALCANTARA**

**A GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA COMO BASE DE ENSINO SOBRE
RELAÇÕES DE GÊNERO A PARTIR DA CONCEPÇÃO DAS DISCENTES.**

BARREIRAS- BA

2021

CLEA GOMES DE ABREU DOS SANTOS
JANAINA DE OLIVEIRA DE ALCANTARA

**A GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA COMO BASE DE ENSINO SOBRE
RELAÇÕES DE GÊNERO A PARTIR DA CONCEPÇÃO DAS DISCENTES.**

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, DCH - Campus IX, como requisito parcial para a conclusão do curso de licenciatura em pedagogia.

Orientador: Me. Gerson do Carmo Argolo

BARREIRAS- BA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

S237

Santos, Clea Gomes de Abreu dos

A graduação em pedagogia como base de ensino sobre relações de gênero a partir da concepção das discentes. / Clea Gomes de Abreu dos Santos, Janaina de Oliveira de Alcantara. - Barreiras, 2021.

54 fls : il.

Orientador(a): Me. Gerson do Carmo Argolo.

Inclui Referências

TCC (Graduação - Pedagogia) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus IX. 2021.

1.Pedagogia. 2.Relação de gênero. 3.Patriarcado. 4.Feminista. 5.Educação.

CDD: 372

**CLEA GOMES DE ABREU DOS SANTOS
JANAINA DE OLIVEIRA DE ALCANTARA**

**A GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA COMO BASE DE ENSINO SOBRE
RELAÇÕES DE GÊNERO A PARTIR DA CONCEPÇÃO DAS
DISCENTES.**

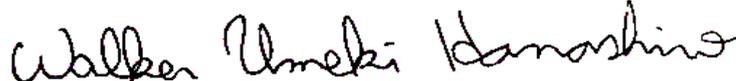
Monografia avaliada e aprovada em 06 / 07 / 2021 pela comissão formada pelos seguintes professores:



Prof. Me. Gerson do Carmo Argolo (orientador)
Universidade do estado da Bahia- UNEB



Prof. Esp. Cosme Wilson Ferreira de Carvalho
Universidade do estado da Bahia- UNEB



Prof. Me. Walker Umeki Hanashiro
Universidade do estado da Bahia- UNEB

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, que nos deu força e determinação para vencermos todas as dificuldades enfrentadas durante curso. A todas as pessoas, familiares e amigos, que ajudaram no desenvolvimento deste trabalho dando apoio e com muita paciência no cotidiano.

Ao professor orientador Gerson Carmo Argolo, pelas correções e ensinamentos que nos permitiram apresentar um melhor desempenho no nosso processo de formação profissional ao longo da pesquisa.

A servidora Ângela Dias, secretaria do colegiado de pedagogia do Campus IX, por esta sempre disposta a nos atender com competência.

Agradecemos também a Paula Vielmo aos conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiou o nosso aprendizado, e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Aos estudantes entrevistados, pela disponibilidade e atenção em fornecer as informações necessárias para a realização deste trabalho.

A verdadeira igualdade significa que todos são responsáveis da mesma maneira, independentemente de raça, sexo, fé, origem étnica ou ideologia política.

CROWLEY

RESUMO

Essa pesquisa foi realizada sob a metodologia de natureza qualitativa do tipo bibliográfica e também de campo, que através da aplicação de um questionário (*online*) para alunos que estão cursando pedagogia do início, meio e final da graduação, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus IX na cidade de Barreiras-BA, propôs analisar como ocorre o desenvolvimento das concepções de educação no que diz respeito às relações de gênero, entre estudantes da formação inicial em pedagogia. Para tanto, foi realizado um estudo baseado em algumas teóricas, dentre elas: Hooks (2013-2017-2019), Auad (2016), Priore (2004), Suhr (2011) e Guacira Lopes (2000), os quais abordam sobre a temática relações de gênero, que também dialogam com a formação docente, na perspectiva de promover discussões sobre refletir criticamente a respeito do conceito de relações de gênero para a educação. Esta pesquisa possibilitou o entendimento no que diz respeito as relações de gênero no processo de graduação das pedagogas, como sendo aquele que subsidia a pratica docente com objetivo de acompanhar todo o processo de aprendizagem, a fim de reconhecer e intervir nas possíveis falhas de seu percurso, as inquietações foram fomentadas a partir das observações do trabalho docente e seus desdobramentos na formação inicial das pedagogas, acreditamos que a pedagogia tem o poder de mudar ideias e pensamento.

Palavra-chave: Pedagogia; Relações de Gênero; Patriarcado; Feminista; Educação.

ABSTRACT

This research was conducted under the qualitative methodology and field studies as well, which through an online quiz application, destined to Pedagogy freshmen, two years concluded and graduating students, at the University of the State of Bahia (UNEB), Campus IX, in the city of Barreiras - Bahia. This quiz proposed to go through on how the development of educational conceptions occurs, pertaining to the gender relations between the Pedagogy freshman. Therefore, a study based on some theorists was conducted, among them, there can be highlighted: HOOKS(2013-2017-2019), AUAD(2016), PRIORE(2004), SUHR(2011) and LOURO (2000). In such theories, they address gender relations and teacher training, aiming to foster discussions about gender relations in the educational framework. This research enabled the understanding with regard to gender relations in the university graduate process of Pedagogy graduation, as the one that subsidizes teacher practice in order to follow the entire learning process, in order to recognize and intervene in the possible flaws of their path, the concerns were fostered from the observations of teaching work and its consequences in the initial training of pedagogues, we believe that pedagogy has the power of changing ideas and minds.

Keywords: Pedagogy; gender relations; patriarchy; feminist; education

LISTA DE TABELA

TABELA 1– Concepção dos discentes sobre relações de gêneros no curso de pedagogia- 52

LISTA DE ABREVIATURA DE SIGLAS

CFEMEA= Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

MEC= Ministério da Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
CAPITULO I	
2 SILENCIO HISTORIOGRÁFICO DAS MULHERES NO BRASIL.....	15
2.1 História de lutas das mulheres no século XVII a XVIII	16
2.2 A representatividade social e a psiquiatria ambigua	17
2.3 A inclusão das mulheres na sala de aula brasileira.....	20
2.4 Como o magistério se transformou trabalho de mulher?	21
2.5 As principais histórias de resistência e lutas por equidade social.....	22
CAPITULO II	
3 CONHECIMENTO SOBRE GÊNERO	26
3.1 Disparidade de gênero no processo de construção e organização social.	28
4 AÇÕES NA FORMAÇÃO ACADÊMICA QUE PRODUZ AS RELAÇÕES DE GÊNERO EM MEIO A DESIGUALDADE	32
5 A FORMAÇÃO DOCENTE NA CONTEMPORANEIDADE.....	35
5.1 A educação como pratica da liberdade (progressista)	36
5.2 Pedagogia feminista.....	36
6 MULTICULTURALISMO E IDENTIDADE DE GENERO	38
7 ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA	42
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	49
ANEXOS	50

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal objetivo, analisar o desenvolvimento das concepções de educação no que diz respeito às relações de gênero, entre estudantes da formação inicial em pedagogia na UNEB- campus IX. Abordamos as relações de gênero, dentro de uma proposta de prática pedagógica atuante, que deve contribuir para a elaboração e reelaboração do pensamento e das concepções das futuras pedagogas/os que estão se preparando para trabalhar em um contexto, onde a diversidade cultural e social, estão presentes o tempo todo.

A formação do sujeito deve prepará-lo para o enfrentamento do novo, atuando no acolhimento das diferenças que serão encontradas no seu percurso de docência futura. Em sua formação inicial de professor, será necessário que desenvolva deve ter uma base consistente que possibilite uma melhor atuação em relação à diversidade que será encontrada no ambiente escolar, pois desse modo ele poderá conseguir desenvolver melhor sua ação como educadora.

Durante o período acadêmico, foi percebido que algumas questões levantadas pelos docentes, fomentavam as discussões sobre a questão de gênero e que nesse percurso, as inquietações que foram estimuladas a partir das observações dos professores, não tiveram a repercussão necessária para que esse tema pudesse embasar a formação inicial das pedagogas. Em nossas reflexões sobre a temática, foi percebido uma falta de conexão entre a teoria apresentada e as práticas desempenhadas na formação profissional. Na estruturação inicial foram observadas lacunas, que podem comprometer um debate mais aprofundado sobre as diferenças sexuais hierarquizada como, por exemplo, promover conteúdos programáticos que envolvam críticas à estrutura patriarcal e sua manifestação em práticas e ações machistas. Deste modo percebemos no decorrer do curso de Pedagogia, ações que vão desde a desvalorização do curso e pouco investimento no departamento até afirmações em falas de docentes e discentes durante o período acadêmico, que podem comprometer uma maior reflexão sobre o tema de gênero e suas implicações.

Foi possível observar, no processo de formação, que em uma turma do 8º semestre do curso de pedagogia, composta por 95% de mulheres, afirmações preocupantes, durante debates em sala a respeito da “cultura do estupro”, onde acadêmicas reforçavam o discurso de que muitas vezes o crime ocorre por imprudência das mulheres que usam roupas provocantes, e que ouvem muitas músicas que tem uma linguagem chula, e que no geral essas mulheres por serem ou se mostrarem “safadas” dão espaço para que esses homens cometam o estupro. Priore (2004) “na sociedade brasileira as mulheres não foram e não são mais do que seus próprios corpos, corpos que são terra desconhecidas”, ao passo que foi introduzido o debate algumas alunas

chegaram a afirmar que a culpa disso é do feminismo que traz uma ideia de falsa liberdade, a qual as mulheres se agarram para fazer o que acham que são livres para fazer.

LOURO (2000) Para se compreender o lugar e as relações de gênero numa sociedade importa analisar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos”, acreditarmos que a realização de um curso de pedagogia tem o potencial de mudar ideias e pensamento, e concepções de mundo e de sociedade. A postura que precisamos ter diante do desafio de educar, deve ressignificar as ações e pensamentos a respeito do que seja lecionar. Estar aberto ao novo pode fazer toda a diferença e a formação inicial desses profissionais precisa ser construída em bases teóricas progressistas, onde não pode existir espaço para o pensamento e a prática de hierarquização patriarcal, e quando falamos desse outro especificamos o gênero feminino pelo simples fato de este ser excluído, desprezado, estereotipado e diminuído desde os primórdios da história, da forma que a que conhecemos.

A ferramenta que desenvolve ideias traz segurança e auxilia no processo de formação de outros seres pensantes, deste modo não se pode permitir essas lacunas em seu processo de construção. Auad (2016) “a desigualdade está em toda a sociedade, é de grande importância a discussão e o aprofundamento no que diz respeito à questão de conhecimentos de gêneros, faz-se necessário lutar de maneira ostensiva contra o sistema que oprime e priva um determinado gênero, de conquistar autonomia e estar em nível de paridade justa. O meio mais eficaz para desconstruirmos os valores tradicionais e conservadores, é através da educação, dentro do ambiente escolar e acadêmico, afinal se somos nós que construímos conhecimento e transformamos relações entre gênero, poderemos torná-las mais respeitosa, é preciso trabalhar incessantemente o lado do humano, numa perspectiva inclusiva e anti machista para que haja mudança de conceitos a respeito do tema em questão.

A disparidade de gênero no modelo patriarcal pelo qual nossa sociedade ainda possui característica visível permite que um determinado modelo social se fortaleça e reproduza, baseando nas relações estabelecidas em duas premissas; de que as mulheres estão hierarquicamente subalternas aos homens e, os jovens estão subordinados aos mais velhos, de modo que a dominação masculina estabelece ao um valor superior às atividades masculinas em relação às femininas.

Partindo do princípio formulados em inúmeros debates, não há dúvida de que este esse modelo, criado há séculos, ainda resiste e reproduz várias formas de violência contra mulheres, trazendo à tona as relações de poder historicamente desiguais. No decorrer das nossas vivências e nossa trajetória acadêmica, alguns conceitos e valores poderão ser reafirmados, enquanto

outros podem ser reavaliados, uma vez que a percepção de um dado conceito, pode passar por uma ressignificação, através do contato com novas experiências e novos conhecimentos, individuais ou coletivas.

É de competência à universidade, através de seu corpo docente, dos currículos e das abordagens diversas, proporcionar os meios iniciais para que ocorra o desenvolvimento e a mudança necessária do ensino, uma vez que o ambiente universitário reúne um relevante multiculturalismo, além de uma quantidade enorme de informações divergentes. A própria universidade tem a necessidade de promover as reflexões sobre essas temáticas.

Suhr (2011) “A medida da real aprendizagem seria a mudança no modo de agir da comunidade, promovida pela conscientização gerada nas discussões realizadas”, para isso é necessário pensar no mundo ao redor e por ser parte da construção social, a instituição tem o dever de dar condições para o estudante desenvolva a aprendizagem, que o capacite e possibilite trabalhar com a diversidade dos indivíduos em sala de aula através da promoção de um ensino plural. Para que a educação seja de fato libertadora não deve existir uma base hierárquica, para construção do conhecimento. O papel da escola é promover a formação da consciência política nos estudantes por meio da problematização da realidade, de forma desprovida de preconceitos e responsável.

Hooks (2019) diz “os educadores tem o dever de confrontar as parcialidades que têm moldado as práticas pedagógicas em nossa sociedade e de criar novas maneiras de saber”, portanto o professor em formação necessita mais que todos, aprender a aprender, inserirem em seu cotidiano de maneira permanente a desconstrução e a reconstrução de suas atividades. A formação permanente, pela qual condicionamos nossa condição de sujeitos capazes de histórias próprias e eticamente ligada a projetos coletivos democráticos. Para que a educação seja método de futuro precisa superar suas tendências atuais, o que implica reestabelecer a pedagogia, reconhecida como curso mais importante da universidade hoje.

A pedagogia feminista diz respeito aos estudos relacionado as teorias das relações de gênero, construindo uma educação pautada nas discussões de respeito e igualdade, problematizando o papel da mulher na construção social, a educação feminista trás a ideia de uma educação que rompe barreiras que entende a sala de aula como um lugar de fortalecimento e preparo para a vida. Entretanto a pedagogia pode propiciar inspirações para uma perspectiva curricular considerando as questões de gênero na medida em que o currículo não pode ser

separado da pedagogia, a análise indica o fato de que a universidade também pode reproduzir novos valores e atitudes, além de estereótipos e preconceitos.

CAPITULO I

2 SILENCIO HISTORIOGRÁFICO DAS MULHERES NO BRASIL

A história das mulheres no Brasil foi ocultada pelo patriarcado machista, que a mesma era contada e ocultada por homens, contar a história das mulheres é contar a história da existência da humanidade, muitas deram grandes contribuições e deixaram suas marcas na história do conhecimento e desenvolvimento da humanidade, mas por machismo, ficaram escondidas. Foram negadas e ocultadas sua biologia, direito a educação, profissão e participações políticas.

Iniciamos com a biologia feminina, entretanto a ciência médica entre os séculos XVI e XVII:

A medicina traduzia então as suas poucas descobertas sobre a natureza feminina em juízos fortemente misóginos e desconfiados em relação às funções do corpo da mulher. Na tentativa de isolar os fins aos quais a natureza feminina deveria obedecer, os médicos reforçavam tão-somente a ideia de que o estatuto biológico da mulher (parir e procriar) estaria ligado a um outro, moral e metafísico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos ... (PRIORE, 2008, p. 83).

Portanto as negligências anatômicas, o desconhecimento fisiológico e as ideias sobre o corpo feminino acabavam abrindo um universo para que a ciência médica produzisse um saber masculino e um discurso duvidoso em relação à mulher.

Entretanto a misoginia durante o período a empurrava para um espaço onde o controle era executado pelo médico, pai ou marido, para os mesmos a gravidez eram remédio para todas as disfunções femininas e, uma vez que o homem era a cura para tal, o macho obtinha um lugar primordial na saúde da mulher, dele dependendo, necessariamente a procriação. Os jesuítas o Tribunal do Santo Ofício e a Coroa juntaram em oposição o surgimento de iniciativa científica ou cultural, legitimando como blasfêmias.

Desse modo conduziam as universidades e os colégios a uma repreensão de estagnação na qual os discentes eram instruídos presumidamente com livros dos antigos mestres patriarcais, o ensino oficial de medicina mostrava-se imutável a todo desenvolvimento, os discursos de seus médicos transcrevia naturalmente no discurso da Igreja, dentro do qual doença e cura estavam associada ao maior ou menor número de pecados cometidos pelo doente. Diante de investir em conceitos que subestimavam o corpo feminino, a ciência médica passou a perseguir as mulheres que possuíam conhecimentos sobre como tratar do próprio corpo, eram tratadas como bruxas e condenadas pela medicina e pela igreja.

2.1 História de lutas das mulheres no século XVII a XVIII

Desde o fim do século XVII, a descoberta do ouro no sertão da capitania de São Paulo, para se lançar na aventura da mineração, nos portos brasileiros as frotas do ouro que partiam carregavam enormes riquezas que iriam alimentar toda a corte e auxiliar na sobrevivência política de suas alianças diplomáticas, e as mulheres mineiras neste século, que trabalhavam enfrentando situações complexas em que se misturavam miséria, preconceitos e dificuldades de toda ordem silenciadas e ocultadas de qualquer exercício de função políticas, na administração eclesiástica, proibidas de ocupar cargos da administração colonial que lhes garantissem reconhecimento social.

Minas do século XVIII é que sua sobrevivência transcorreu sob um quadro incomum de tensões políticas e pressões da cultura dominante em meio de protestos e violência cotidianos em frequência na região e para amenizar essa evolução de protestos, progrediram uma série de medidas repressivas que terminaram por valorizar um tipo de desmembramentos das mulheres mineiras traçando seus contornos, seja como foco direto da repressão (“negras de tabuleiro”, prostitutas, concubinas), seja como agentes sociais em quem se projeta o programa normalizador institucional de esposa, mãe, devotas estiverem resistir com essas perplexidades porém parece ter sido uma provocação com esses parâmetros de tensões no cotidiano feminino saiu fortalecido.

Ainda no século XVIII, a população dos principais centros portuários aumentou expressivamente, multiplicando por numerosos Algarismos e em diferentes ritmos de crescimento do mundo colonial repercutiram vigorosamente na condição de vida das crianças, no campo, espaço das transformações morosas, o abandono raramente ocorria e vários enjeitados acabavam sendo adotados como “filhos de criação” ou criados por famílias pobres ou negras estruturadas na cidade, o ritmo acelerado das transformações provocavam desequilíbrios uma leitura que consiste em atribuir o abandono à moral comum às famílias brasileiras.

Portanto em meio a população branca, o comportamento feminino autoritário por regra imposta e fiscalizada, as mulheres brancas que reconhecesse o filho ilegítimo ficavam sujeita a condenação moral, enquanto as negras e mestiças não estavam sujeitas aos preconceitos sociais como as brancas de posição “desonra”. Entretanto filho ilegítimo de mulheres negras não desonrava a mãe no mesmo grau de uma mulher branca. A realização da “Roda viva” tentava amenizar os crimes morais. A instituição protegia as brancas solteiras dos escândalos, ao mesmo tempo que oferecia alternativa ao desumano infanticídio.

As mulheres pobres que trabalhavam em ocupações ocasionalmente entre as funções de quituteiras, lavadeiras e vendeiras viviam muitas vezes na margem da pobreza, uma época conturbada de aumento do preço dos alimentos, elas podiam recorrer ao socorro público na esperança de mais tarde recuperar o filho, porém o abandono resultava da miséria e indignação e não da condenação moral aos amores ilícitos, uma criança a essas famílias colocava pressões impossíveis sobre os poucos recursos financeiros, após de lutar contra a fome, uma mãe poderia chegar a ser induzida a colocar o filho na Roda da Misericórdia também era comum deixar os recém-nascidos largados em matagais, depósitos de dejetos, lugares em que sobreviver seria uma grande improbabilidade.

Desse modo quando o assunto era o infanticídio e aborto eram consideradas criminosas, eram vistas como práticas heréticas e demoníacas, o risco de ser presa ou processada pela Inquisição, a mulher decidida a abortar devia enfrentar outros temores, às parteiras e curandeiras tinham eficácia duvidosa. A dificuldade econômica vivida por famílias pobres, por si só, não explica a variação do número de crianças mortas abandonadas.

2.2 A representatividade social e a psiquiatria ambígua

As mulheres século XIX, no o sertão, as províncias de Piauí e Ceará, aparecem produzindo literatura de cordel, em testamentos, inventários ou livros de memórias. As muito ricas, ou da elite intelectual, estão nos inventários e livros, as escravas, também estão presentes, pertencendo às ricas. As pobres livres, as lavadeiras, as doceiras, as costureiras e rendeiras estão conhecidas nas cantigas do Nordeste, as apanhadeiras de água nos riachos, as quebradeiras de coco e parteiras, todas essas tinham mais dificuldade de reconhecimento social e de seu trabalho.

Representatividade de mulher rica do sertão na época era D. Maria Joaquina, de riqueza e prestígio eram também as vultosas redes confeccionadas em tapeçaria adamascada, nas quais as mulheres de posses eram conduzidas por escravos em seus passeios e roupas e tecidos dos mais finos.

No sertão nordestino estivemos a primeira mulher brasileira a concorrer a uma cadeira da Academia Brasileira de Letras, nascida em Jerumenha, no Piauí, em 1861, Amélia de Freitas era filha do ilustre desembargador José Manoel de Freitas, governador das províncias do Maranhão e do Ceará, de família rica de grande importância política e cultural, Amélia foi a redatora de uma revista literária exclusivamente feminina, em Recife, nos anos 1902-1904. Na revista os livros escreviam exclusivamente sobre mulheres, como Cândida Duarte Barros,

Maria Augusta Meira de Vasconcelos Freire e Lúcia Ramalho. São de Amélia de Freitas os romances *Alcyone*, *Açucena* e *Jeannette*, além de contos e artigos. Algumas vezes foi interlocutora de Clóvis Beviláqua, o autor do Código Civil Brasileiro (1916), com quem foi casada por 63 anos e colaborou na revista *Ciências e Letras*.

Com essas evolução e revolução surge a Dionísia Gonçalves Pinto e Firmina dos Reis. Naturais do Nordeste, a primeira de denominação Nísia Floresta Brasileira, nascida no interior do Rio Grande do Norte, em Papari, em 1810, foi indicada como precursora, no Brasil, das ideias de igualdade e independência da mulher, educadora e escritora muito viajada e passou muitos anos de sua vida na França, onde morreu (1885) e publicou três livros, sendo o mais famoso o *Conselho a minha filha*. A segunda, Maria Firmina dos Reis, foi uma escritora mulata maranhense, professora pública e autora de contos e romances dentre outros

Assim também foi exemplo de mulher letrada que alcançou relativo sucesso foi a piauiense Amélia de Freitas Beviláqua, que, apesar de sua garra, não conseguiu adentrar para a Academia Brasileira de Letras devido aos preconceitos da época, ficou a nordestina, Rachel de Queiroz, a preferência, Amélia aprendeu a ler e a escrever à base de palmatória e com a figura sombria de um professor contratado por seu pai. Em suas palavras: “A formação do meu espírito foi muito diferente da formação dos mestres. Não foram os livros nem os professores, que os tive em número muito escasso, quem abriu o caminho de minha intelectualidade, me deu o entendimento de tudo o que era necessário saber; foi a dor, com ela aprendi muito”.

Após muitas lutas em Florianópolis, na passagem do século XIX para o XX, não surgiram movimentos femininos em favor do voto para as mulheres, algumas apresentam publicamente como escritoras; porém, com exceção de Antonieta de Barros, apresentaram um discurso tão ou mais conservador que o dos jornais masculinos do século XIX. Em sua maioria, as mulheres de elite e da classe média mantiveram-se longe das ocupações que não as domésticas, com exceção do magistério.

Dentre outras mulheres em diferentes lutas por suas independências exemplo de: Anita Garibaldi, da Laguna, em Santa Catarina que abandonou o lar e o prestígio de “mulher honesta”, como também a Luiza Eberle, de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul que, em 1886, fundou uma funilaria. Em 1929, Edith de Castro, formada em ciências contábeis e diplomada em taquigrafia, era também professora de datilografia e mecanografia. Não é fácil crescer e ser mulher em uma sociedade patriarcal machista que desconhece e, por isso mesmo, desmerece os dons que cada mulher carrega consigo uma cultura que não as deixa sequer conhecerem seu corpo, seus ciclos, sua intuição.

A psiquiatria e a construção de uma feminilidade no século XIX ocidental, a antiga crença de que a mulher era um ser duvidoso e contraditório, misterioso e imprevisível, sintetizando por natureza, é o muitíssimo disseminada a imagem da mulher como ser naturalmente incerto adquirida, romancistas, médicos, higienistas, psiquiatras e, mais tarde, psicanalistas, os contornos de verdade cientificamente comprovada a partir dos avanços da medicina e dos saberes.

Lugar de ambiguidades e espaço por excelência da loucura, o corpo e a sexualidade femininos inspirariam grande temor aos médicos e aos alienistas, constituindo-se em alvo prioritário das intervenções normalizadoras da medicina e da psiquiatria. Muitas crenças pertencentes a antigas tradições e no âmbito dos mais variados saberes – muitas das quais remontam à antiguidade clássica – seriam retomadas e redefinidas pelo alienismo do século XIX. Entre os alienados considerados “rebeldes a qualquer tratamento, por razões mais morais do que propriamente médicas”. (PRIORE, 2006, p.278)

Com tudo isso de acordo com os valores e paradigmas hegemônico na perspectiva psiquiátricos do corpo e da sexualidade femininos, a mulher estaria mais próxima da loucura (histeria) do que o homem, tal afirmação, não deve nos levar a conclusões reducionista e equivocadas, a mulher teria sido a maior vítima dos preconceitos e da opressão da psiquiatria, legitimando os próprios princípios sobre os quais o poder do psiquiatra estava relacionado, fazendo parte da construção de uma determinada concepção da diferença entre os sexos , segundo a qual homens e mulheres seriam dotados de características físicas e morais distintas .

Porem precisamos mesmo dar uma dimensão na história das mulheres, transportando-a para um campo bem mais fértil e inspirador da história dos gêneros, é preciso que, entre outras coisas, abandonemos definitivamente essa obsessão em buscar comprovar que a mulher é mais discriminada, é mais explorada, é mais sofredora, é mais revoltada e ser diferente a uma sociedade totalmente machistas.

Diferenças do sujeito e significados não terminam nas distinções sexuais, devendo, portanto, ser procurados nos anovelados múltiplo, complexo e, muitas vezes, inconsistente, das diversidades sociais, étnicas, religiosas, regionais e culturais, é possível planejar uma cronografia das ações do Estado destinadas a regular suas relações com a população trabalhadora.

No início do século XX, duas décadas após a Abolição da escravidão, alguns segmentos de trabalhadores já reivindicam direitos trabalhistas e proteção previdenciária. Em 1907, quando irrompe na vida política brasileira a liberdade sindical, determinadas categorias

profissionais destacam-se, como os burocratas civis e militares, os trabalhadores dos arsenais da Marinha, os ferroviários, os trabalhadores da imprensa nacional.

2.3 A inclusão das mulheres na sala de aula brasileira

Em meados do século XIX, uma voz feminina revolucionária Isia Floresta, denunciava a condição de soberba em que viviam as mulheres no Brasil e reivindicava sua emancipação, elegendo a educação como o instrumento através do qual esse objetivo seria alcançado em sua fala sobre a importância da educação na modernização do país era frequente. As críticas ao desamparo educacional em que se encontrava a maioria das províncias estavam presentes nos debates em todos movimentos.

Os anos passavam, o Brasil caminhava para o século XX, nas cidades e interior, grande parte da população continuava analfabeta. Os responsáveis haviam determinado, nos meados de 1827, que se estabelecesse.

As escolas de primeiras letras”, as chamadas “pedagogias, em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do Império”. Mas a realidade estava, provavelmente, muito distante dessa imposição legal. Até que ponto era imperativo saber ler e escrever ou conhecer as quatro operações? Naquela sociedade escravocrata e predominantemente rural, em que latifundiários e coronéis teciam as tramas políticas e silenciavam agregados, mulheres e crianças, os arranjos sociais se faziam, na maior parte das vezes, por acordos tácitos, pelo submetimento ou pela palavra empenhada. (PRIORE, 2004, 371)

Entretanto as concepções e formas de educação das mulheres nessa sociedade eram múltiplas contemporâneas elas estabeleciam relações que eram também atravessadas por suas divisões e diferenças, relações que poderiam revelar e instituir hierarquias e proximidades, cumplicidades ou insegurança. Com diferentes concepções, um discurso ganhava a hegemonia e parecia aplicar-se, de alguma forma, a muitos grupos sociais a afirmação de que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, ou seja, para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, em proporções pequenas ou menores de instrução, sempre colocando a figura da mulher como do lar ou algo relacionado a inferioridade e fúteis.

Logo mais as ideias positivistas e científicas, justificava-se um ensino para a mulher que, ligado ainda à função materna, afastasse as crenças e colaboravam com as novidades da ciência, em relevância das ciências que tratavam das tradicionais ocupações femininas. Novas disciplinas como puericultura, psicologia ou economia doméstica viessem a integrar o currículo

dos cursos femininos, representariam, ao mesmo tempo, a introdução de novos conceitos científicos justificados por velhas concepções relativas à essência do que se entendia como feminino.

2.4 Como o magistério se transformou trabalho de mulher?

Em meados do século XIX, algumas medidas foram tomadas em retorno as reivindicações e, em diversas cidades do país, logo começaram a ser criadas as primeiras escolas normais para formação de docentes. As instituições foram abertas para ambos os sexos, embora o regulamento estabelecesse que moças e rapazes estudassem em classes separadas, em turnos ou até escolas diferentes.

Sabemos que a atividade docente, no Brasil, como em muitas outras sociedades, havia sido iniciada por homens, por religiosos a maioria jesuítas, no período entre 1549 e 1759. Após, foram homens que se ocuparam do magistério com mais frequência, tanto como responsáveis pelas “aulas régias” oficiais, quanto como professores que se estabeleciam por suas iniciativas, no entanto, as mulheres eram também importantes e, como vimos, as classes de meninas deveriam ser ministradas por “senhoras honestas”. Ao serem criadas as escolas normais, a pretensão era formar professores e professoras que pudessem atender a um esperado aumento na demanda escolar.

Porem objetivo não foi obtido como se imaginavam logo, os relatórios indicavam que, curiosamente, as escolas normais estavam recebendo e formando mais mulheres que homens, “um número crescente de alunas, a par da diminuição de alunos” os homens estavam abandonando as salas de aula. Esse movimento daria origem a uma “feminização do magistério”, provavelmente vinculado ao processo de urbanização e industrialização que ampliava as oportunidades de trabalho para os homens.

A conciliação da mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos tão natural, era alvo de discussões, disputas e polêmicas, parecia uma completa insensatez entregar às mulheres despreparadas, portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” pelo seu “desuso” A partir de então passam a ser associadas ao magistério características tidas como “tipicamente femininas”; paciência, minuciosidade, afetividade, doação, absurdos estes q ainda é perceptível.

Futuramente utilizavam para lhes dificultar a discussão de questões ligadas a salário, carreira, condições de trabalho, o encadeamento da “feminização do magistério” também pode ser entendido como resultante de uma maior intervenção e controle do Estado sobre a docência, vinha a determinação de conteúdos e níveis de ensino, a exigência de credenciais dos mestres,

horários, livros e salários. No entanto a perda da autonomia, evitar aqui uma interpretação de causalidade direta e única que leve a pensar que a perda da mesma ocorre simplesmente porque as mulheres assumem o magistério.

Sem formação específica sendo constituída na pratica, as escolas normais se enchem de moças, os cursos normais tornam-se escolas de mulheres. Seus currículos, suas normas, os uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo faz desse um espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras. A instituição e a sociedade utilizam múltiplos dispositivos e símbolos para ensinar-lhes sua missão, ensina-lhes uma série de rituais e símbolos, doutrinas e normas foram mobilizados para a produção de professoras.

Em salas ensinadas o crucifixo, mesmo nas escolas laicas, as mulheres tiveram aulas de português, matemática, geografia nacional, história do Brasil e geral, história sagrada, catecismo, pedagogia e também puericultura, psicologia, economia doméstica, trabalhos manuais, higiene escolar, sociologia e ainda outras. Elas aprenderam canto orfeônico, educação física e ginástica, tiveram aulas de moral e cívica e até de teatro. Ao longo dos anos, seus programas seguiram diferentes pressupostos pedagógicos e orientações políticas. Continuidades e descontinuidades marcaram essa produção docente, perfil próprio confiar-lhes uma tarefa. A formação docente também se feminiza através de muitos dispositivos e regulamentos, esperava-se que seu “gênero de vida”, “suas virtudes laicas”, lhes permitisse “manter-se acima do comportamento comum.” Com sua responsabilidade representando um encargo social pesado e teve profundos efeitos sobre as vidas de mestres e mestras, para bem poder exercer o papel de modelo para as crianças e jovens.

2.5 As principais histórias de resistência e lutas por equidade social

As mudanças dos modelos das cidadanias desde a Colônia têm vozes femininas que divulgam a Abolição dos escravos, a instauração da República, a introdução da eleição universal. De solidariedade feminina, podemos vincular a inglesa Mary Wollstonecraft à francesa Flora Tristan e à brasileira Nísia Floresta.

O direito à cidadania política – o direito ao voto – é alcançado pelas brasileiras em 1932, antes de vários países da Europa, como França e Itália. No entanto, não podemos deixar de reconhecer que as aspirações à cidadania no mundo do trabalho, as que buscam proporcionar iguais oportunidades entre homens e mulheres, passam por um demorado silêncio, interrompido entre 1979 e 1985. (PRIORE, 2004, P.539)

A coletividades de mulheres conseguem criar uma nova modelagem de reflexão, de mobilização, de debate frente aos tradicionais parâmetros da cultura sindical. Conseguem também, aos poucos, penetrar nos modelos das estruturas de representação tradicionalmente ocupados por homens, nas diretorias das organizações sindicais e políticas.

Os movimentos das mulheres rurais as mobilizaram as trabalhadoras rurais demonstram muito bem a capacidade das mulheres de vincular os pensamentos sobre a vida doméstica às necessidades dos movimentos populares, que tem uma densidade interna muitas vezes frágil, as trabalhadoras aprenderam a expressar toda a riqueza e as potencialidades criadoras da crítica à divisão sexual do trabalho, evoluindo, em suas reivindicações, para uma clara confluência com o ideário feminista.

Durante muito tempo se pensou que seria muito difícil mobilizar as mulheres trabalhadoras, porque se considerava irregular e provisória sua inserção no mercado de trabalho. Também prevalecia a convicção de que elas fossem as principais depositárias e reprodutoras dos valores patriarcais dominantes na sociedade rural brasileira. No entanto, vários estudos, de acadêmicos e de militantes, mostram que tais ideias já não correspondem à realidade. Em primeiro lugar, a participação produtiva dessas mulheres é massiva e marcada por uma longa jornada de trabalho mal remunerado. (PRIORE, 2004, P.540)

As mobilizações ganharam visibilidade, através de manifestações, e abaixo-assinados que reclamam o respeito à legislação, o acesso à previdência social e também o direito de participar ativamente de seus sindicatos, profissionais de diversas áreas em que se posicionam as reivindicações: educadoras, enfermeiras, médicas, assistentes sociais e os incentivadores da reflexão feminista contribuem para que o debate temático consiga a articulação de dimensões da vida social e individual antes impensável: mulheres-saúde-cidadania. Vale ressaltar que as mulheres que participam desses grupos não se reúnem enquanto trabalhadoras, mas enquanto cidadãs excluídas, ou usuárias mal atendidas dos serviços públicos essenciais.

Para melhor compreender os movimentos de mulheres trabalhadoras em suas lutas para reestruturar as relações entre a família e o trabalho, é importante que ao longo dos anos 80 ocorre uma revisão da percepção social da feminilidade e consolidam novas proposições que reafirmam o princípio de equidade entre os sexos e são debatidas modificações na ordem cultural e jurídica.

As mulheres de segmentos urbanos estão na frente de várias práticas reivindicativas já no fim dos anos 60. Participam, em 1968, do Movimento Nacional contra a Carestia; em 1970, do Movimento de Luta por Creches; em 1974, do Movimento Brasileiro pela Anistia; e, em 1975, criam os Grupos Feministas e os Centros de Mulheres. Nas atividades desses grupos são constantemente avaliados e revisados os papéis sociais das mulheres – mãe, esposa, dona de casa –, mesmo que a reflexão

sobre o trabalho e a discriminação no mercado de emprego não esteja sempre presente. (PRIORE, 2004, P.543)

Embora muitas das jovens militantes sindicais, urbanas ou rurais, não terem uma vivência própria do ocorrido da década de 70, ou não terem envolvidos diretamente no nascimento do feminismo, não as torna menos capazes de dar continuidade à luta de revisão da feminilidade. Ao contrário, elas conseguem, com rapidez e entusiasmo, incorporar em suas concepções políticas a visão mais ampla de cidadania, discutindo as condições específicas da profissão e do cotidiano doméstico

A resistências nas eleições sindicais as diretorias, realizadas a cada três anos, no decorrer dos anos de 1980 e 1990 são influenciadas pelas diversas conjunturas do período, na metade dos anos 80, os sindicatos se mobilizam ao lado dos partidos políticos, da Igreja católica, dos movimentos populares e das organizações não-governamentais, buscando contribuir para a elaboração da Carta Constitucional (titula o produto de um ato arbitrário e autoritário, traduzindo uma outorga).

Para as trabalhadoras, o comprometimento sindical tornou-se, no presente momento, mais importante que sua própria identidade profissional e até mais que as suas obrigações domésticas em muitos momentos.

Elas demonstram-se muito conscientes das responsabilidades que assumem, porque costumam associá-las à militância e à defesa da categoria profissional. Temos um machismo ainda [...] uma visão meio forte. É preciso quebrar com concepções que o marido tem, que a família tem. A mulher enfrenta muitos problemas, a gente observa. Às vezes, nós do movimento sindical, inclusive da direção do movimento, não sabemos ainda valorizar, prestigiar, respeitar a participação da mulher. Mesmo os dirigentes, é bom ter isso claro. Na teoria se aceita; mas é difícil a gente ver a mulher do dirigente participando das direções. (Trabalhador rural e dirigente sindical). (PRIORE, 2004, P.549)

Mas tarde também foram as reivindicações de igualdade de gênero diversas mulheres de diferentes classes sociais e com contestação a diversas à desigualdade sexual no mundo do trabalho e nas relações familiares contribuíram do processo de elaboração da Constituição de 1988. A nova carta deveria contribuir para ampliar a cidadania social também das mulheres, mas ao final continuou existindo uma enorme distância entre as demandas de cidadania e a redação conclusiva do documento.

A imparcialidade salarial entre os estados da federação; remunerações não inferiores ao salário mínimo nacional, a inclusão dos itens educação, tempo livre e vestuário no cálculo do salário legal; a validade de todos os direitos trabalhistas também para os emprego na agricultura; a proibição de demissões arbitrárias, as condições insalubres de trabalho a proteção dos

trabalhadores nos processos da emancipação dos estabelecimentos; a criação de incentivos específicos para a proteção do mercado de trabalho da mulher.

Entretanto meados de 1993, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, passados dois anos de debates proporcionado pelas trabalhadoras, a procura reduzir as desigualdades sexuais, oferecendo para elas um maior espaço nas diretorias e instalado quotas mínimas de mulheres na disputa de cargos dirigentes. O método das quotas não garante o equilíbrio quantitativo, apoiam-se no princípio da igualdade entre homens e mulheres, fato que esta medida articulada não consegue, sozinha, resolver as deficiências dos espaços ocupados pelas mulheres na estrutura sindical, mas obtém a primeira participação de interferir diretamente no processo de formação das listas dos candidatos e no processo de eleição, revelando os preconceitos e as desconfianças de que são propósitos das trabalhadoras

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA é quem acompanha e divulga regulamentamente as atividades do Congresso Nacional são, desde 1985, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar e, desde 1992, organizações com núcleo em Brasília, divulgam em seus boletins mensais sínteses e rápidas notícias das reuniões preparatórias com os parlamentares, entidades femininas e feministas realizam junto às bancadas de senadores e deputados, divulgam os projetos de lei em fase de estudo e os resultados garantido os interesses diversos e a informação.

A participação do CFEMEA, formado para promover a igualdade de gênero, inicia suas atividades em 1992, acompanhando o percurso de projetos. Entre eles a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, da licença maternidade, paternidade e adoção, da estabilidade no emprego para a gestante, da proteção ao trabalho da mulher, do emprego doméstico, das creches no lugar de trabalho, do trabalho escravo, do direito ao FGTS, seguro desemprego e vale-transporte para as trabalhadoras domésticas. As domésticas até o presente século XXI ainda enfrenta discriminação e dificuldades de obter seus direitos trabalhistas ainda mesmo já constitucional.

A transmissão numerosa de informações, às reivindicações específicas de homens e mulheres, e graças à construção de formas de representação inovadoras, as trabalhadoras conseguem formular princípios sociais e jurídicos sobre a igualdade de gênero. A revolução da mulher foi a mais importante revolução do século XX, lembrando que não se trata aqui da chamada revolução feminista, com tantas polêmicas e conotações ideológicas, com tantos acertos e erros, agressões e demagogias, foi a libertação e reconstrução de um sócio-cultural-econômico de um patriarcalismo forte e ainda presente.

CAPITULO II

3 CONHECIMENTO SOBRE GÊNERO

Faz-se necessário apresentar algumas considerações sobre produção do conhecimento sobre relações de gênero. Desde os primórdios de nossa atual civilização homens e mulheres receberam papéis distintos na sociedade, uma série de estereótipos, que foram idealizados como características naturais do que foram atribuídos à ambos os gêneros. A partir desse pressuposto, homens e mulheres, desde o nascimento, foram sendo modelados para serem e agirem de formas diferentes em situações semelhantes. De fato, essas diferenças são trabalhadas ao longo da vida, desde as características físicas, os comportamentos esperados até à manifestação das emoções, foram sendo padronizadas e toda e qualquer manifestação contrária ao padrão exigido pela sociedade não desfrutava de bom conceito e ganhava repudio.

Mais importante, porém, é o fato de que, pensadas como diferenças biológicas e, portanto, com “naturais”, as diferenças entre os sexos têm servido de pretexto para se edificar e legitimar relações desiguais entre homens e mulheres, historicamente caracterizadas por uma situação de subordinação das mulheres (SARDENBERG; MACEDO, 2013, p.15).

É preciso de maneira ostensiva lutar contra o sistema que oprime e priva determinado gênero de conquistar e estar em nível de paridade justa. O meio mais eficaz é através da educação, pois dentro do ambiente escolar nós podemos construir o conhecimento e transformamos, de maneira qualitativa, as relações entre gênero, tornando-as assim mais respeitosa, é necessário trabalhar a partir de parâmetros mais reflexivos, que possam acentuar o processo de aceitação e respeito ao diferente, enfatizando o lado do humano, para que possa haver uma mudança de conceito. Estamos convencidas de que o conhecimento é a única forma de se reconstruir esses conceitos e avançar nesse debate de igualdade de gênero

Quando nós, como educadores, deixamos que nossa pedagogia seja radicalmente transformada pela multiculturalidade do mundo podemos dar aos alunos a educação que eles desejam e merecem. Partindo deste pressuposto, pode-se afirmar que o mesmo acontece quando mudamos radicalmente nossa maneira de pensar sobre a forma que lidamos com os gêneros homem e mulher. (HOOKS, 2019, p.25).

A educação continua sendo a ferramenta que movimenta o mundo e transforma pensamento é “ideologias. Vivemos em um momento de nossa história, onde é livre o acesso a informação, sendo assim a pedagogia enquanto ciência deve derrubar as barreiras que dificultam aceitação da igualdade de gênero, através do debate e da reflexão que possa transcender os padrões estabelecidos pelo “senso comum”.

Presente pesquisa foi realizada em Barreiras na universidade do estado da Bahia-campus IX, enfocando o curso de pedagogia, que tem em sua grande maioria de estudantes matriculados e frequentando as salas de aula, mulheres de diversas idades e classes sociais. Num primeiro olhar, pode-se perceber que mais de 90% das turmas são compostas pelo gênero feminino, onde se pode notar um certo preconceito em torno da graduação em pedagogia. Faz-se necessário estudar e compreender quais os fatores que provocam esse estigma dentro da área de pedagogia, e investigar, principalmente motivos da inferiorização e estigmatização dessa graduação.

Fato é que não existe paridade gênero nas salas de aulas das turmas de pedagogia, sendo evidente que as mulheres ocupam majoritariamente as vagas desse curso, o que nos provoca alguns questionamentos a respeito das causas que provocam essa deficiência numérica dos gêneros masculinos em sala de aula.

A História do Brasil nos mostra que o quadro de docentes até início do século XX o corpo docente era constituído por sua grande maioria homens, as mulheres raramente poderiam frequentar escolas e quando o faziam, seus estudos não eram muito aprofundados, pois se acreditava que a vocação feminina se limitava a se tornarem boas donas de casa, esposas previsíveis e mães de família dedicadas. Muitas não tinham o direito de se quer terminarem a escola. Aparentemente o preconceito que acompanha curso de pedagogia, está relacionado aos estereótipos impostos ao gênero feminino ao longo da história. Vianna (2013) “ao desconstruir os significados femininos que ligam o cuidado e o afeto às mulheres e estabelecem a relação entre essas características e o magistério”, educadoras devem cuidar e zelar de seus alunos assim como as mães fazem com seus filhos, a característica de uma educadora infantil é de um indivíduo, dócil, amável, carinhoso e cuidados, de laços afetivos materno ou tia de cuidador, qualidades essas atribuídas à mulher.

Apesar dessa realidade ter mudado com o passar do tempo, infelizmente a visão deturpada permanece. Lecionar se tornou uma atividade quase que exclusivamente atribuída ao gênero feminino e, essa atividade também será identificada como de pouco valor. No entanto, alguns estudos indicam que a desvalorização do profissional de educação infantil, pode estar relacionada com a feminização do magistério, esse é um dos aspectos desse estudo, pois ao analisarmos o caminho percorrido pelas mulheres na profissão docente, é notório as dificuldades que as professoras enfrentaram e enfrentam problemas na valorização profissional docente.

A trajetória foi espinhosa e até o atual momento passa por grandes desafios, de modo que, em um país como Brasil, ser professora ou professor não tem sido uma tarefa fácil, a desvalorização da educação no país tem se perpetuado durante séculos. A educação brasileira sofre com a negligência no que diz respeito ao apoio por parte dos governantes, não só com a falta de estrutura das escolas e das redes de ensino, mas também no que diz respeito ao investimento na formação da educadora e do educador.

Para Vianna (2013) “A feminização do magistério representa a divisão sexual do trabalho e a produção de um esquema binário”. Estudos sobre gênero problematizava o significado do que é ser mulher, deste modo entendia-se que não é interessante para o sistema trazer essa temática para estudo. Na década dos anos 90 todo estudo voltado para gênero era reconhecido como estudos da mulher era criticado por várias feministas. O feminismo questiona o papel da mulher e essa ação excludente com determinados estudos sobre essa temática.

Beauvoir (1967, p.9) “Ninguém nasce mulher torna-se mulher. É o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre macho e o castrado que qualificam de feminino”, como resultado daquilo que a sociedade impõe que sejamos e tudo que segue o contrário é caracterizado como anormal. Simone Beauvoir foi uma das mulheres que deram início aos debates sobre relações de gênero, trouxe temas importante sobre a desumanização da mulher em nossa sociedade atual, reduzindo-a ao “segundo sexo”.

3.1 Disparidade de gênero no processo de construção e organização social.

A partir do exposto é necessária a reflexão sobre o direito de ser diferente, pois é inevitável omitir as diferenças socialmente construídas, bem como a disparidade de poder entre sexos. No viés o profissional com salários diferenciados, assédio e cargos superiores preponderantes ocupados por homens.

Entretanto o inciso I do artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988) declara que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações e que a igualdade de tratamento de mulheres e homens é um direito humano fundamental inviolável. Porém ainda é muito presente essas desigualdades salarial entre os sexos no qual o masculino ainda é mais elevado. É notório que na esfera pública retratam uma revolução incompleta, uma vez que as mulheres nessa pratica assumem sozinhas as atividades do espaço privado, o que continua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas.

Em 1949, Simone de Beauvoir, observando os fatos e os mitos que, faziam com que a

mulher tivesse uma posição social subordinada ao homem. Analisando a respeito das relações intersubjetivas que historicamente permitiram a constituição de códigos de feminilidade e destaca a questão das mulheres na perspectiva do materialismo histórico: Lançou o primeiro volume de “O Segundo Sexo”.

A teoria do materialismo histórico pôs em evidência muitas verdades importantes. A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica. A sociedade humana é uma anti-physis: ela não sofre passivamente a presença da natureza, ela a retoma em mãos. Essa retomada de posse não é uma operação interior e subjetiva; efetua-se objetivamente nas práxis. Assim, a mulher não poderia ser considerada apenas um organismo sexuado: entre os dados biológicos só têm importância os que assumem, na ação, um valor concreto; a consciência que a mulher adquire de si mesma não é definida unicamente pela sexualidade. Ela reflete uma situação que depende da estrutura econômica da sociedade, estrutura que traduz o grau de evolução técnica a que chegou a humanidade. (BEAUVOIR, 1970, p. 73).

Beauvoir ressalta que o meio pelo qual as mulheres devem conseguir a sua independência financeira e para isso, as mulheres necessitam estar inseridas no mercado de trabalho, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda, transformações socioeconômicas e a busca da emancipação feminina.

O modelo patriarcal pelo qual nossa sociedade ainda possui característica visível permite que um determinado modelo social se aumente e reproduza. Baseando nas relações estabelecidas em dois antecedentes de que as mulheres estão hierarquicamente subalternas aos homens e, os jovens estão subordinados aos mais velhos, submetido, desse modo à dominação masculina, promovendo um valor maior às atividades masculinas, em relação às femininas. Tanto em relevância, quanto à remuneração, princípios de inúmeros debates não há dúvida de que este modelo, criado há séculos, ainda resiste com várias formas de violência contra mulheres, trazendo relações de poder historicamente desiguais.

Na teoria Weberiana, “poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”, onde a legitimidade do poder é atribuída pelos modelos de domínio legítimo, ou legitimado pelo poder do estado, entretanto, se os sujeitos aceitam certos tipos de poder praticado por alguém ou algum órgão, esses próprios sujeitos certificam a legitimidade da dominação e, portanto, do poder que alguém pratica, em sua maioria legitimando o poder patriarcal. Este processo está presente ao longo da vida do sujeito na socialização da família, escola, religião e profissional.

No processo de convivência social, alguns conceitos e valores são reafirmados, mas ao se buscar uma superação do “senso comum” sabe-se muitos conceitos podem ser reavaliados,

uma vez que a percepção de um dado conceito pode passar por uma ressignificação, através do contato com novas experiências individuais ou coletivas, seja elas de natureza prática ou teórica.

Nesse sentido, o espaço escolar deve assegurar que as diferenças individuais, não devem ser a principal origem de estereótipos, quando desconhecemos essas desigualdades ou encarregamos a elas valores constante e cristalizados, sem observar para as possibilidades de um colapso e de reconstrução e de novas definições do que é socialmente idealizado como masculino e feminino, é necessário que os docentes não atuem no sentido de fortalecer a desigualdade do tratamento e a falta de equidade entre os gêneros.

O tratamento diferenciado, de gênero no espaço escolar e que, pode ser um dos elementos que contribui para as dificuldades de aprendizagem e para o baixo rendimento escolar. Quando se reproduz uma ideia a respeito hierarquia dos conteúdos a serem estudados, que valoriza mais a habilidade matemática e raciocínio lógico, características supostamente concedidas aos meninos, enquanto que a habilidade de linguagem e comunicação é associada à sensibilidade, atribuída as meninas, e esses últimos conteúdos, são menos valorizados, estão sendo reforçados estereótipos, que dificultam o trânsito dos gêneros por diversas áreas do conhecimento.

Portanto a direção e coordenação pedagógica e docentes das escolas devem utilizar ferramentas pedagógicas que contribuam para a intervenção no cotidiano escolar, com a presença de discussões de gênero, utilizando ferramentas que possibilitem diálogos e abertura para aprendizagem mais amplas sobre o tema.

“Um corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem, provavelmente, a habilidade de expressar gestos e comportamentos indicativos de interesse e atenção, mesmo que falsos. Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de oralidade; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular. Mãos, olhos e ouvidos estão adestrados para tarefas intelectuais, mas possivelmente desatentos ou desajeitados para outras tantas.” (Louro, 2000, p.14).

A escola exerce um importante papel de formação do sujeito, é um local comum construir um olhar crítico sobre as diferentes formas de preconceitos e discriminações. Reforço ostensivo ao preconceito e a compreensão de novos conceitos passam por uma reestruturação das práticas do ambiente escolar, onde será necessário desenvolver novas práticas e abordagens curriculares que possam evidenciar, dar visibilidade e valorizar as reflexões a respeito das relações de gênero, de raça, de classe, de idade, etnias e outras. Sempre dialogando com a relatividade cultural, no sentido de promover a equidade entre os gêneros, nos processos de

ensino e aprendizagem formal.

A educação formal como ferramenta que muda vidas, deve ser feita com o compromisso e a entrega de seus educadores e de todos os envolvidos no processo. É necessário, não apenas partilhar o conhecimento. Mas desenvolver uma formação libertadora, que possa proporcionar ao educando tenha uma compreensão de sociedade diversificada e plural, a formação inicial superior desse profissional, que estará envolvido na educação formal de crianças, tem como base referencial, desenvolver argumentos e práticas que permitam superar e redimensionar parâmetros de compreensão e análise da realidade, em direção à uma mudança de visão de mundo.

Afinal, para que possamos questionar, juntos às crianças, os preconceitos e estereótipos que vem sendo reproduzidos por séculos, em nossa sociedade, faz-se necessário que profissionais de educação superem genuinamente dentro de seu ser os preconceitos que pretende combater. Sob pena de cair em contradições, no que se refere ao discurso e prática docente.

4 AÇÕES NA FORMAÇÃO ACADÊMICA QUE PRODUZ AS RELAÇÕES DE GÊNERO EM MEIO A DESIGUALDADE

A sociedade sofreu nos últimos trinta anos uma profunda transformação, no que diz respeito aos conceitos de gênero, no período que vai do final do século XX até o início do século XXI, as mulheres passaram a ocupar espaços antes “reservados” aos homens a agem com mais resistência, formulam novas posições frente à sociedade, se colocam como chefes de família, como protagonistas sociais e como formadoras de conhecimento.

Mas, subsiste um fato recorrente e danoso, pois apesar de todas as conquistas alcançadas, através de muitas lutas, a construção de nossa sociedade reforça, de modo latente ou mesmo manifesto a ação machista.

Nossa cultura tem tratado o gênero feminino de maneira excludente, geralmente, inferiorizando e/ou desmerecendo suas ações. Daniela Auad (2016, p. 19) diz que: “as relações de gênero, do modo como estão organizadas em nossa sociedade, são uma máquina de produzir desigualdades. As visões naturalistas sobre mulheres, meninas, homens e meninos, representam travas para a superação dessa situação”.

Romper com essas ações não é um processo fácil, mas podemos contribuir para analisar o que leva educadoras e educadores a cometer os mesmos erros e reproduzir conceitos estereotipados e engessados, a respeito das questões de gênero.

Pesquisas direcionadas sobre, “reforçam a tese de que no senso comum, nos dias atuais, ainda é vista como “natural” a forma desigual de tratar o gênero, para Auad (2016) “Cada professor ao analisar sua prática, pode pensar quais são as melhores medidas a serem tomadas”, porém não é fácil mudar do dia para a noite, pois foi aprendido assim e o “normal” será reproduzir comportamentos. Isso nos permite concluir que para desconstruir essa visão de sociedade demanda tempo e muito esforço da escola e seus componentes.

A constatação de que, a instituição escolar possui papel importante na formação desse indivíduo, nos modos como ele vai agir no mundo, quando se tornar adulto. Nos alerta para a necessidade de a educação formal ocupar seu lugar de formadora. A formação desse indivíduo no espaço formal escola, tem sido turbulenta e enfrenta muitas barreiras, é notável a dificuldade que alguns educadores sentem em tratar dessas questões em sala de aula.

A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizagem é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. (HOOKS, 2019, p.25).

A educação como ferramenta que muda vidas, deve ser feita com a entrega de seus educadores, é necessário não apenas partilhar o conhecimento é preciso desenvolver uma formação libertadora, proporcionando ao educando que tenha uma compreensão de sociedade, como um organismo complexo e não homogêneo, e que se apresenta de forma diversificada.

A formação inicial superior desses profissionais da área de pedagogia tem entre os seus objetivos desestabilizar os preconceitos e reconhecer a complexidade do tema relacionado às questões de gênero e como este se manifesta no espaço escolar. Segundo Lima (2005, p.81) “Nesse contexto, cabe à universidade formar o licenciado em pedagogia de modo que este utilize o que sabe para produzir e transformar o ensino da educação básica de forma que possa contribuir para produzir avanços educacionais”.

Concordamos que deve estar entre as prioridades da universidade proporcionar os meios iniciais para que ocorra o desenvolvimento e mudança do ensino, uma vez que o ambiente universitário reúne culturas diversas, e uma quantidade enorme de informações diferentes. Nesse período de formação inicial na academia, geralmente, as pessoas envolvidas são confrontadas e desafiadas a mudar suas concepções de mundo, de sociedade e outras.

Faz-se necessário que se questione em quais bases teóricas e metodológicas, nossa construção social foi estruturada, como chegamos ao que somos hoje como sociedade? A universidade deve promover essa discussão, de forma exaustiva, enfatizando a necessidade de pensar sobre o mundo ao redor, e quais as possibilidades e limite possuem a universidade, como parte da construção da sociedade e qual o dever de a academia proporcionar condições para que os acadêmicos possam desenvolver suas capacidades e preparo profissional.

Uma das situações mais comuns encontradas no trato com a sala de aula é a diversidade com que nossos cenários de aprendizagem são construídos. Em qualquer situação educativa, o corpo discente é composto de alunos advindos de famílias com situações financeiras diferenciadas, com múltiplas opções religiosas, com expectativas socioculturais diferentes, com hábitos inerentes à sua educação inicial, etc. (MACEDO, 2007, p. 121).

Para trabalhar com a diversidade de indivíduos em sala de aula é necessário que se promova um ensino plural, buscando meios para que todos sejam inseridos na aprendizagem, sem distinção de pessoa. Trabalhar gênero é cada vez mais uma necessidade, visto que precisa acompanhar as mudanças ocorridas na realidade concreta.

O aprofundamento do tema de gênero deve ir muito além do que se acredita ser suficiente. A superação de certos conceitos precisa de empenho e muito esforço, por parte dos profissionais de educação, para que velhas práticas enraizadas em nosso imaginário coletivo,

como o reforço ao patriarcado, sejam desconstruídas, a partir de argumentos sólidos e práticas transformadoras.

Hooks (2019) diz: “os educadores têm que entender que qualquer esforço para transformar as instituições de maneira a refletir um ponto de vista multicultural deve levar como considerações o medo dos professores quando se lhes pede que mudem de paradigma”.

A formação desses profissionais deve ser realizada em espaços onde suas falas sejam ouvidas e ressignificadas, de modo que proporcionem desenvolvimento e aprendizado. É preciso desenvolver ambientes que possam vir a criar estratégias e formas para que essas temáticas de gênero sejam abordadas em sala de aula. Daí a necessidade de se apoiar e desenvolver atividades que proporcionem mudanças nas políticas de ensino e nas práticas escolares.

5 A FORMAÇÃO DOCENTE NA CONTEMPORANEIDADE

Em meio a era da informação onde todo conteúdo chega em tempo real, a formação das educadoras segue em linha tênue de um lado recursos que promovem o aprendizado, e do outro a corrida em busca de atualizações, se no passado a educação era limitada, hoje existe uma gama de referências para que pedagogia quanto ciência avance.

Para (Hooks 2019) “a maioria de nós que frequentamos escolas onde o estilo de ensino refletia a noção onde o estilo de ensino refletia a noção de uma única norma de pensamentos a experiência, a qual éramos encorajados a crer que fosse universal”. No passado o pouco que se tinha apesar de ter muita relevância estava condicionado a se tornar verdade absoluta visto que, não existia meios de pesquisar novas teorias, o único jeito era limitar a formação ao pouco que se tinha.

Enfatiza a importância do trabalho do pedagogo pesquisador, cientista, político-crítico, ele coloca uma definição de que;

Com isso, a Pedagogia passa a ser a interlocutora interpretativa das teorias implícitas na práxis e também a mediadora de sua transformação para fins cada vez mais emancipatórios. A prática docente sem a presença “cientificizadora” da Pedagogia torna-se tecnologia do fazer [...] a pedagogia pode ser uma reflexão sistemática sobre as práticas educativas e para a ação educativa. (LIBÂNEO, 2007, p. 68)

Portanto o professor em formação necessita mais que todos, aprender a aprender, inserirem em seu cotidiano de maneira permanente a desconstrução e a reconstrução de sua atividade. A formação permanente, pela qual fomos seduzidos, na condição de sujeitos capazes de histórias próprias e eticamente ligadas a projetos coletivos democráticos.

Para que a educação seja método de futuro, precisa superar suas tendências atuais, o que implica reestabelecer a Pedagogia, reconhecida como curso mais importante da universidade hoje.

Transmitir informação, conhecimento, patrimônios culturais é fundamental, mas nunca apenas “transmitir”, e sim uma reconstrução, a aprendizagem é sempre fenômeno de reconstrução políticas, nunca apenas reprodução. As instituições como a universidade que muitas apenas repassam conhecimento, além de atrasadas no tempo, são irrelevantes, porque o acesso à informação disponível está sendo preenchido, com vantagens reconhecidas, através da contemporaneidade com as tecnologias.

A nossa formação é uma ligação direta entre a teoria ofertada pelo curso e a prática

pedagógica dentro do ambiente escolar. O grande objetivo do curso é formar novos professores capazes de atender o que a educação do futuro exige, a pedagogia como ciência da educação em como objetivo capacitar profissionais que associam, atendam e entendam a realidade social em que os alunos se encontram, a pedagoga é uma especialista na educação e em sua formação não pode haver lacunas.

5.1 A educação como pratica da liberdade (progressista)

É importante que se compreenda a realidade do meio social que a educadora está inserida e ao fazer esse exercício podemos afirmar que, a educação precisa ser libertadora. SUHR (2011) diz que “As teorias critico-reprodutivas contribuíram para mostrar que a educação não é neutra”, pois está relacionada ao movimento da sociedade, que por sua vez se divide em classes, quem detém o poder tende a usar a educação para manipular e reproduzir os interesses desse grupo.

Essas teorias trazem para si a responsabilidade de identificar o caráter de adestramento da escola e seus problemas em questão, posterior a isso utilizam dessas variantes para possibilitar e favorecer a transformação social. Com isso é perceptível a estreita relação entre a sociedade é a educação, “As teorias progressistas apostam na potencialidade da educação em oferecer a possibilidade de uma compreensão de realidade histórico-social e explicitar o papel do sujeito como construtor e transformador dessa realidade” (SUHR, 2011,p.138)

A educação libertadora tem como seu autor mais conhecido Paulo Freire, sua ligação maior é com os movimentos de cultura, no início sua atuação é na educação não formal, mas com o tempo sua pratica foi adaptada para a dentro das escolas se apoia nas ideias de que educadoras e educandos aprendem juntos, que não existe uma base hierárquica para transmissão do conhecimento, o papel da escola é promover a formação da consciência política nos alunos e alunos por meio da problematização da realidade.

5.2 Pedagogia feminista

A pedagogia feminista diz respeito aos estudos relacionado as teorias das relações de gênero, construindo uma educação pautada nas discussões de respeito e igualdade, problematizando o papel da mulher na construção social. Essa temática tem como influencia os pensamentos de Paulo Freire e o modo como Freire fazia da educação uma ponte entre educadora/educando modo todos se beneficiavam e aprendem. A educação para Freire era um

ato político, ao problematizar a realidade ele trazia o senso de responsabilidade e de mudança, todos deveriam ser vistos como iguais.

A pedagogia feminista traz a ideia de uma educação que rompe barreiras que entende a sala de aula como um lugar de fortalecimento e preparo para a vida, “Atualmente no Brasil vivemos um período em que o legado de Paulo Freire tem sido desqualificado e perseguido, bem como os estudos de gênero” Vielmo (2020, p.313), e notório que existe despreparo, a sociedade tem dificuldade em acolher aquilo que foge da construção normativa imposta, abordar assuntos relacionado a relações de gênero ainda é uma tarefa muito difícil.

É claro que o movimento feminista contemporâneo criou a estrutura cultural necessária para a legitimação acadêmica dos estudos com ênfase nas questões de gênero: a esperança era que esses trabalhos sempre partissem de um ponto de vista feminista. (Hooks, 2017)

A jornada é densa e cheia de obstáculos, o que conseguimos conquistar nos dias atuais e a estrutura que possuímos hoje é resultado de muita luta em sua grande parte do movimento feminista. Trazer para o contexto atual discussões sobre as relações de gênero torna sua ação transformadora, promove mudanças na forma como o indivíduo pensa e age.

Conseguimos perceber o quanto a falta de diálogos e discussões sobre essa temática afeta a aprendizagem, observamos acadêmicos dispersos e com falas e ações preconceituosas. Em muitos momentos a falta de conhecimento e incentivo da universidade em debates amplos, faz com que o preconceito só aumente. E é através do conhecimento que se torna possível diálogos amplos e debates que que viabilizam a construção de novos caminhos para uma sociedade mais saudável, para Auad:

“Quando começamos a considerar as relações de gênero como socialmente construídas, percebemos que uma série de características consideradas “naturalmente” femininas ou masculinas corresponde às relações de poder. Essas relações vão ganhando feição de “naturais” de tanto que são praticadas contadas, repetidas e recontadas. Tais características são na verdade, construídas, ao longo dos anos e dos séculos.” (AUAD, 2016)

Percebe-se como é importante uma formação acadêmica sólida, toda a construção social que existe hoje, é formada no preconceito, nas cobranças da adequação de um padrão que hoje é possível dizem que não existe, pois, as características biológicas entre homem e mulher são interpretadas segundo a construção de gênero de cada sociedade.

6 MULTICULTURALISMO E IDENTIDADE DE GÊNERO

Sabemos que a educação feminina é um fenômeno recente na história, ao longo dos séculos, a mulher foi caracterizada, de modo geral, a uma situação de subordinação e dependência do pai e do marido, como objeto sexual do homem, colonizador e proprietário, por um longo período, ocupa-se a um espaço privado, estiveram exclusas de uma educação formal. A falta da educação feminina elucida pela exclusão da mulher do processo educativo pelo menos até o final do século XVII, cerca de dois séculos de diferença em relação aos homens, apesar da aprendizagem doméstica as meninas não recebiam, suponhamos nenhuma educação. Nas poucas famílias em que os meninos iam ao colégio, elas não aprendiam basicamente nada.

Entretanto apesar desta exclusão, em meados do século XVIII, o ingresso das mulheres no espaço público aumenta, e a imagem feminina passa a ser cautelosa adequada pela igreja, de acordo com os requisitos do projeto “modernizador”, a partir do século XX, diante do contexto de construção a educação feminina.

Assim por iniciativa particular, pequenas escolas leigas e os primeiros colégios religiosos para meninas. Permitindo que, o acesso da mulher à educação passasse a se constituir uma das principais causas ligadas pelo movimento feminista, no sentido de despertar a consciência da mulher, visando alforriar da escravidão e da ignorância. Na luta pela emancipação feminina passaram a ser vistas como conquistas da civilização, que os homens deviam ampliar em próprio interesse, por ser uma condição do “progresso humano”.

A educação para a igreja parecia como uma área estratégica o espaço dos colégios religiosos representava a doutrina e a prática, de pleitear o direito do ensino religioso, no decreto de abril de 1931, a Igreja pretendia que o próprio Estado se voltasse contra o ensino neutro e a favor do ensino confessional católico.

Sendo que O projeto do Plano Nacional de Educação, de 1937, previa a existência de um ensino dito “doméstico”, reservado para as meninas entre 12 e 18 anos, referindo-se a um ensino médio feminino que atendia tanto as mulheres de classes baixa, como as mulheres de classe alta, que pretendiam manterem-se como donas de casa. O resultado da implantação do modelo católico e francês de educação feminina viria favorecer as herdeiras da elite do século XX, a aquisição de uma marca de distinção e de civilidade.

A República foi simbolizada por uma figura feminina, no entanto, o retrato desse novo regime nada representava quanto aos direitos destinados à mulher. E tal simbologia poderia ser “considerada apenas um meio para compensar a sua exclusão no seio político, advertindo que a política não era coisa de mulher”, dentro deste espaço tão incauto, o lar, que se pode entender

a função destinada à mulher nesse período. No entanto, para percebermos melhor a visão que a República tinha sobre a mulher, nas primícias do colonialismo brasileiro, desde a época colonial, no Brasil, o imaginário da mulher foi desenvolvido sobre o colonialismo da sociedade portuguesa, e esta ligava-se aos ideais católicos, ainda sob valores monárquicos, estabeleceu um padrão de mulher frágil.

A feminização do magistério primário aconteceu pelo fato da docência ser considerada uma continuidade do lar, que diante do imaginário da mulher na sociedade brasileira, a sua profissionalização não iria acontecer de uma hora para outra, deveria estar ligada ao padrão criado pela própria sociedade (boa mãe, dedicada, delicada, pura). O crescimento da figura feminina no magistério aconteceu com o propósito da mulher buscar a seu enaltecimento social. Percebe-se que a demanda de mulheres no magistério primário passou a ser superior ao número de homens.

Outra problemática do cenário criado sobre a mulher também foi para dentro das escolas, percebem-se as discriminações sofridas pelas mulheres, dentro do espaço escolar, pois o cargo de chefia, sempre destinado aos homens, era lotado por inspetores que nem sempre respeitavam o problema do baixo salário do magistério está relacionado ao fato dele ser considerado apenas uma complementação para a renda familiar.

Diante de todo esse processo o Multiculturalismo no Brasil é diretamente associado ao processo migratório da chegada dos portugueses com os indígenas, princípio houve o choque natural e que vários costumes indígenas foram incorporados aos hábitos dos portugueses. No decorrer do tempo, o território brasileiro recebeu holandeses, franceses, espanhóis, italianos, japoneses, alemães. E na pós-modernidade, esta mistura de etnias só evoluiu no nosso país, adversidade étnica dos próprios brasileiros é característica multicultural, as diferentes cores de pele, as variedades costumes divididos, a liberdade de credo religioso é o conjunto multicultural.

A temática do multiculturalismo é de extrema importância na área da pedagogia e educação, é importante que os professores levem tais discussões para dentro de sala de aula para criar um espaço que aceite melhor às diferenças, e assim despertar problematizações como as questões de racismo e preconceito entre os alunos. Aplicado à educação envolve práticas pedagógicas que fomenta os alunos para a diversidade dos grupos culturais, que aprendam obter tolerância a respeitar as diferenças e que se confronte com assuntos como identidade cultural e de gênero.

O conceito gênero tem uma história recente a palavra “gênero” foi utilizada pela primeira vez num sentido próximo do atual biológico americano John Money em 1995 para dar conta dos aspectos sociais do sexo.

As relações de gênero as instituições de ensino, a diferença ao preconceito mostra que, em nossas instituições, e nos estudos sobre educação, ainda é comum a utilização indefinida de termos visivelmente neutros, masculinos e femininos, sem nenhum critério definido, o estereótipo aparece como uma forma resistente, anônima, reproduz imagens e comportamentos e dividi os indivíduos em categorias.

Portanto as desigualdades não devem ser precisamente fatores de estereótipos, porém quando ignoramos essas diferenças ou caracterizamos a elas valores permanentes sem atentar para as possibilidades de falhas e de construção de novas definições do que é socialmente dado como masculino e feminino, corremos o risco de reforçar a desigualdade de gêneros.

Em nossa sociedade, a diferença entre homens e mulheres muitas vezes é hierarquizada, mantendo situações nas quais as mulheres tendem a ocupar um lugar inferior. Ou então, a diferença é utilizada como expressão de vitimização para favorecer interesses individuais, o preconceito de gênero, que atribui meninos e meninas, homens e mulheres, nas salas de aula e nos espaços escolares, tem base em um sistema educacional que reproduz, em alguns momentos, as estruturas de poder, de privilégios de um sexo sobre o outro em nossa sociedade e aparecem até mesmo nos o ambiente escolar pode reproduzir imagens negativas e preconceituosas, por exemplo, quando professores relacionam o rendimento de suas alunas ao esforço e ao bom comportamento, ou quando as tratam apenas como esforçadas e quase nunca como potencialmente brilhantes, capazes de ousadia e liderança. O mesmo pode ocorrer com os alunos quando estes não correspondem a um modelo masculino predeterminado.

A pedagogia feminista centrava-se precisamente em questões pedagógicas ligadas ao ensino universitário de temas feministas e de gênero, dedicado pouca ou nenhuma atenção às questões pedagógicas dos outros níveis de ensino [...] centrava mais nas questões da pedagogia feminista do que nas questões de currículo que fosse inclusivo em termos de gênero. (SILVA, 2005, p. 96)

Entretanto a pedagogia pode propiciar inspirações para uma perspectiva curricular considerando as questões de gênero na medida em que o currículo não pode ser separado da pedagogia, a análise indica o fato de que a universidade também pode reproduzir novos valores e atitudes, além de estereótipos e preconceitos.

Vivemos o multiculturalismo pois faz parte de nossas vidas, A cultura se formou e vem se formando ao longo do tempo em nossa sociedade. A prática excludente da aprendizagem que

menospreza ou diminui outras culturas e modos de se viver, em nossos dias atuais não é uma opção. É preciso criar novas formas de educar fazendo com que haja diálogo entre os diferentes brasileiros que vivem em nosso país, aprofundar relações que valorizem o ser diferente que habita entre nós.

Para Freitas (2011, p.97) “Uma educação multicultural e intercultural tem de perder o medo do enfrentamento das dificuldades diárias”, vivemos o multiculturalismo, isso faz parte do que somos, das nossas vivências e convivências, essa relação das mais variadas culturas influenciaram umas às outras. É necessário romper com tu que impede o cruzamento dessas influências, o caminho mais preciso e longe de falhas é o da educação sem medo ou receio

7 ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

COLETA DE DADOS ATRAVÉS DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

A pesquisa: A formação inicial em pedagogia como base de ensino sobre relações de gênero, a partir da concepção das discentes. Com objetivo analisar o desenvolvimento das concepções de educação no que diz respeito às relações de gênero, entre estudantes da formação inicial em pedagogia na UNEB- Campus IX.

Esta análise vem mostrara os resultados obtidos com nossa pesquisa de campo e bibliográfica, as informações trazidas através do questionário que foi de extrema importância e nos possibilitou tem uma visão mais ampla do problema abordado. Os participantes de nossa pesquisa são estudante de pedagogia da UNEB- Campus IX, e serão tratados nesta análise como participantes, A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O, P, Q, R, S, T.

Para além de nossa fala, trouxemos dados que mostram a problemática de abordar assuntos relacionados às relações de gênero no curso de pedagogia na UNEB – campus IX. Uma pesquisa bibliográfica e de campo abordamos 36 estudantes do curso de pedagogia cursando diferentes períodos, foi aplicado um questionário com 15 perguntas subjetivas, e objetivo para analisar o nível de compreensão dos acadêmicos sobre as relações de gênero e como é discutido essa temática em sala de aula.

Porém apenas 19 estudantes contribuíram com a nossa pesquisa, embora antes de aplicar o questionário o colegiado de Pedagogia, contatou os participantes para participar da pesquisa, todos concordaram em participar, logo que foram repassados o instrumento da pesquisa alguns não deram um retorno positivo, alguns nos enviaram mensagens: “Não posso contribuir, não estou confortável sobre estas questões”, “Não posso contribuir com sua pesquisa, não tenho conhecimento sobre o tema”.

O questionário estava dividido em questões objetivas e subjetivas, com a possibilidade de justificar sua resposta, as primeiras perguntas objetivas eram para fins de conhecimento desse aluno que estava participando, já as outras questões estavam voltadas as relações de gênero.

Dos 19 participantes apenas 2 era do gênero masculino e se prontificou a responder o nosso questionário, as demais 17 participantes eram do gênero feminino de idades e vivências e semestres diferentes, porém como pensamentos e ideias em comum. Foi possível perceber que muitas lacunas no processo de aprendizagem no tocante a essa temática abordada, em muitos momentos foi notório a total falta de preparo e conhecimento sobre relações de gênero.

Primeira questão: Semestre em que está matriculado (a)?

O objetivo desta pergunta era saber em qual período de formação os participantes estão inseridos. Os participantes foram do 1º, 3º, 6º, 8º, 10º, 13º e 14º semestre, deste modo conseguimos o desejável que eram estudantes de pedagogia em diferentes fases da formação inicial.

Segunda questão: Turno em que está matriculado (a)?

Assim seria possível saber qual turno possui o maior fluxo de alunos do curso de pedagogia, e o conhecimento sobre a temática, 80% dos alunos que participaram da pesquisa estão matriculados no turno da noite.

Terceira questão: Você se considera de que gênero?

Nosso intuito era compreender como cada participante se identifica e do mesmo modo saber qual maior número de gênero participou da pesquisa, e como já esperado 98% das participantes se identificam com o gênero feminino, destacaram-se mulheres cis (se identificam gênero que nasceram) e 2% se identificam com o gênero masculino, homens cis (se identificam com gênero que nasceram). Esse dado só evidencia o que estamos abordando na pesquisa, existe sim a feminização da pedagogia.

Quarta questão: Por qual (is) motivo (s) você está cursando o curso de pedagogia?

É preciso entender o que motivou esses acadêmicos optarem pela graduação em pedagogia, a grande maioria respondeu que por sentir identificação com o curso e ingressaram.

Mas também recebemos respostas como da participante C que disse optar pelo curso por falta de opção, mas que hoje identifica do curso. É notório que de certo modo existe interesse dos estudantes em cursar pedagogia que entende a educação como uma ferramenta transformadora.

Quinta questão: Qual o gênero é predominantemente em sua sala de aula?

E a resposta foi unânime o gênero feminino e maioria nas turmas, existe algo aqui que precisa ser pesquisado, não se pode ver com normalidade essa atual realidade em que o curso de pedagogia foi construído.

Sexta questão: Quantos estudantes do gênero masculino, feminino ou trans, compõem sua turma?

Uma questão que aparenta ser repetitiva, porém não é, pois, objetivo aqui é analisar se existe diversidade de gênero na sala de aula e mais uma vez a resposta foi de 98% a maioria é de gênero feminino e apenas 2,8% de gênero masculino e 0,02% alunos trans, o que podemos aqui entender como uma minoria e um número muito baixo de alunos do sexo masculino. Precisamos questionar o sistema, por quê existe um número tão pequeno de homens CIS e pessoas TRANS em nossa graduação? E que ações devem ser construída para essa aversão?

Sétima questão: Você conhece algum estudante de gênero trans ou masculino que sofreu ou

sofre preconceito por ser estudante de pedagogia? Descreva.

No decorrer da pesquisa cerca de 70% dos participantes responderam que sim, que conhecem alunos que sofreram algum tipo de preconceito por cursarem pedagogia, e os demais responderam que não ou que até mesmo que não ouviram falar,

O relato do participante F que diz: “Sim, inclusive comigo mesmo. Desde o início da faculdade, sempre foi comum as pessoas se estranharem ao saber o curso que faço, ao passo que muitas dessas costumam dizer que o mesmo é relacionado para mulheres, por atuar na licenciatura e principalmente pelo fato do público que o profissional da pedagogia atuará. Ainda, é comum perguntarem se irei atuar na área e em que especialidade pretendo seguir com a formação de pedagogia.”

Nessa fala fica notório a discriminação com o gênero masculino em cursar o curso de pedagogia uma afirmativa do patriarcalismo.

Oitava questão: Você já presenciou algum tipo de violência ou discriminação com estudantes ou pedagogo em relação ao gênero?

E 65% responderam que não, com tudo ainda existe um número expressivo de alunos que relataram sobre episódios de preconceito. Como mostra alguns relatos dos participantes:

O participante F “As situações com esse tipo de discriminação que já presenciei foi comigo mesmo e nesses episódios sempre me posicionei em relação a minha satisfação em fazer o curso e que o mesmo é um curso muito rico. Ainda, sempre procuro esclarecer que o fato de poucos homens optarem pelo mesmo não significa que essa é uma formação exclusiva para o gênero feminino”.

O participante I que presenciou discriminação contra um (a) estudante trans “Dei apoio e aconselhei a não se intimidar, é muito importante conhecer uma pessoa trans como ser, com suas dores, lutas, vitórias e necessidade de fazer o curso”

Nona questão: Você cursou algum componente curricular ou participou de outras atividades sobre relações de gênero?

Para nossa pesquisa essa questão foi importante, pois de algum modo ela avalia o conteúdo trazido para esses estudantes e como a universidade lida com as relações de gênero e 60% alega ter ouvido ou assistido alguma palestra, documentário ou participado de alguma atividade, porém por maioria dos alunos que nenhum componente curricular com conteúdos programáticos (ementas) as temáticas de relações de gênero, ideologia de gênero ou a feminização do magistério.

Decima: Você considera que a inclusão da temática relações de gênero, no currículo de pedagogia promoverá conhecimentos necessários para a formação do pedagogo atuarem na

cultura patriarcal no ambiente escolar?

Essa questão era para saber se era uma necessidade dos estudantes de pedagogia para a sua formação. Apenas 2% responderam não e 98% responderam sim e justificaram o anseio pela inclusão da temática na grade curricular durante sua formação.

Justificativa do participante O “Acredito que é de fundamental importância essa temática, pois garantirá uma formação mais completa do pedagogo(a), permitindo que ele faça mudanças significativas em seu ambiente de trabalho. Essa inclusão seria um grande passo para superar a cultura patriarcal existente”.

Decima primeira: Você considera a sua vivência familiar e social como um processo que fortaleceu ou questionou os valores da sociedade patriarcal e machista?

Apenas 20% participantes responderam que a vivência familiar e social não sem as influenciaram com o patriarcado machista, e 80% dos participantes responderam sim ou em partes.

Questão essa de importância para identificar o contexto familiar e social dos acadêmicos e quais seus questionamentos sobre. E que de fato a cultura patriarcal machista é construída dentro do ambiente familiar e a importância da universidade nessa desconstrução. Trouxemos algumas respostas:

Participante N “O meu contexto familiar me provoca indignações. Meu pai é machista, ou seja, minhas visões são totalmente diferentes das dele e isso provoca alguns embates. Preciso apontar o contexto social de épocas, a própria criação de meu pai considera outros valores os quais eu discordo”.

Participante O “Esse processo se deu início efetivamente a partir do momento em que entrei na universidade. Antes já fazia alguns questionamentos sobre o machismo, mas quando passei a discutir sobre esses assuntos nas aulas fui aprendendo mais e passei a ter ideias mais claras sobre a questão. Isso me permite debater também fora do ambiente de ensino, conscientizando pessoas que não possuem tanto”.

Décima segunda: O curso de pedagogia do DCH-Campus IX vem recebendo um número expressivo de acadêmicos transgênero ou transexual. Percebe avanços no currículo, voltados para as relações de gêneros?

Embora é perceptível a diversidade de gênero em específico transgênero, no curso de pedagogia, os participantes 70 % responderam não e 30% responderam sim, com tudo pontuaram que a universidade e o curso não discutem essa temática como deve ser melhor discutida. Obtivemos as seguintes respostas

Participante A “Sim, a universidade tem recebido muitos alunos, mas ainda se fala muito pouco

sobre o assunto”.

Participante F “Não. Como não existe algum componente específico que discuta essa temática, não consigo enxergar esse avanço”.

Decima terceira: Para os concluintes – Você considera que a sua trajetória acadêmica influenciou sua concepção a respeito das questões de gênero na educação formal?

Apesar de que relação de gênero não está entre os conteúdos programáticos no curso de pedagogia, uma pequena parte respondeu que sua trajetória de certa forma mudou sua concepção sobre a temática, participando de alguns eventos dentro e fora da universidade a grande maioria que responderam que não houve influência e tão poucas discussões durante sua trajetória.

Participante A “Foi a partir da entrada na universidade que pude me inteirar do assunto e entender melhor sobre. A partir do momento em que se debate determinada temática com outros estudantes, que têm opiniões e vivências distintas, enriquecemos cada vez mais nosso próprio repertório”.

Decima quarta: Durante sua trajetória no curso de pedagogia, foi percebido que docentes abordaram questões de gênero na sociedade brasileira?

Por unanimidade muitos desconhecem as participações dos docentes que abordaram diretamente as questões de gênero na sociedade brasileira.

Participante A: Poucos professores abordam esse assunto, geralmente aqueles que trabalham com movimentos sociais e história- afro são os que levantam a temática.

Participante N “Ainda existem professores que não concordam com essa temática de gêneros”.

Decima quinta: Qual sua opinião sobre um termo utilizado atualmente que se refere à “ideologia de gênero”?

Fato que é os participantes não tem conhecimento sobre a ideologia de gênero, e outros fazem uma afirmativa patriarcal que é contra o termo.

Participante N “Confesso que eu, enquanto aluna ainda não possuo uma independência sobre o assunto, talvez isso seja um dos problemas encontrados em outros alunos também. A falta de domínio e conhecimento sobre a temática nos deixa inseguros ao discorrer sobre a ideologia de gêneros”.

Participante H “Percebe-se que a sociedade quer interferir na vida das pessoas, em decidir o que eles querem ser”.

Participante F “Sou contra, o mesmo é aceitar e respeitar”

Muitos se isentaram em responder algumas questões exatamente específicas sobre

gênero, alegando não estarem apto para tal ação, ou que não tinha conhecimento suficiente para falar sobre o assunto. De um lado observamos que existe o muro da construção social que normativa as ações dos indivíduos, fazendo com que aquilo que foge a norma padrão se torne o estranho e do outro percebemos o medo de falar sobre algo que não conhecer e o medo maior ainda de aprender com o novo.

TABELA 1- CONCEPÇÃO DOS DISCENTES SOBRE RELAÇÕES DE GÊNEROS NO CURSO DE PEDAGOGIA.

CONCEPÇÃO DOS DISCENTES SOBRE RELAÇÕES DE GÊNEROS NO CURSO DE PEDAGOGIA	
GÊNERO FEMININO	98%
GÊNERO MASCULINO	1,8%
TRANSGÊNERO	0,02%
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DA TEMÁTICA RELAÇÕES DE GÊNERO.	98%
PERCEBE-SE AVANÇOS NO CURRÍCULO PAUTADAS PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO.	20%
A TRAJETÓRIA ACADÊMICA INFLUÊNCIA A CONCEPÇÃO A RESPEITO DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO FORMAL.	30%
NO CURSO DE PEDAGOGIA ABORDAM QUESTÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE.	20%
NÃO TEM CONHECIMENTO SOBRE O TERMO “IDEOLOGIA DE GÊNERO”.	90%
TEM CONHECIMENTO SOBRE O TERMO “IDEOLOGIA DE GÊNERO”.	10%
NÃO RESPONDERAM AS QUESTÕES ESPECIFICAS SOBRE :RELAÇÃO OU IDEOLOGIA DE GÊNERO.	55%

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizamos o questionário como instrumento de pesquisa para fundamentar a problemática da pesquisa, como são construídas as concepções de gênero pelas(os) estudantes de pedagogia, na UNEB-CAMPUS IX?

“Vale ressaltar que as relações de gênero, do modo como estão organizadas em nossa sociedade, são uma máquina de produzir desigualdade” Auad (2016). A deficiência de conhecimento sobre relação de gênero das futuras pedagogas e pedagogos pode de certa forma prejudicar a compreensão das relações de poder que está por trás dessa visão hierarquizada sobre mulheres e homens e assim impedindo a superação do patriarcado.

Estamos questionando os fundamentos da graduação do curso de pedagogia, ao se tomar como base as relações de gênero, é evidente que nada mudará do dia para a noite, porém é importante começar a construir novos caminhos que atuem de forma efetiva orientando os futuros educadores que ainda se toma pelo patriarcado machista.

Em sua maioria existe muita desinformação sobre o que seja as relações de gênero, confundindo a mesma com “identidade de gênero”, muitos se recusaram a falar sobre a temática perguntada, e a grande maioria aponta falha na instituição acadêmica ou até mesmo nos docentes por não abordarem mais o tema ou tratar como algo realmente necessário para a base da nossa formação. No entanto o Ministério da Educação - MEC, não impõem de forma direta na grade curricular sobre relações de gênero, porem desenvolve diversas ações da educação básica à superior. Com o objetivo é proporcionar ambientes de respeito a todos, independentemente de orientação sexual, gênero, religião, idade, cor ou qualquer característica individual ou coletiva nas instituições de ensino.

Em alguns momentos perceptível através da fala os preconceitos que alguns sofrem por fazer parte de um grupo pequeno de estudantes do gênero masculino que estão inseridos em curso que para a maioria é visto como “coisa de mulher”. Deste mesmo modo percebemos a indiferença de outros participantes que de forma fria ignoram o que acontece dentro do campus.

Resulta a declarar que através do alcance dos objetivos proposto e das respostas é necessário que no curso de pedagogia tenha mais conteúdos programáticos dentro das grades (ementas) curriculares na universidade campus IX, na cidade de Barreiras-BA, para essa desconstrução do patriarcado machista “velado”. E que construa a aprendizagem, que os/as capacitem e possibilite trabalhar com a diversidade dos indivíduos em sua formação, e desenvolva as concepções de educação e identidade de gênero, entre estudantes da formação inicial de pedagogia.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Educar Meninas e Meninos: Relações de Gênero na Escola**. São Paulo, SP: Contexto, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

FREITAS, Fatima e Silva. **A diversidade Cultural Como Prática Na Educação**. Curitiba, PR: IBPEX,2011.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário** (1853). São Paulo: Cortez, INEP, 1989.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir, A educação como prática de liberdade**. São Paulo, SP: WMF MartinsFontes,2019.

YANNOULAS, Silva Cristina (coordenadora). **Tarbalhadoras, Analise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília, DF: Abaré Editorial,2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, Género e Sexualidade**. Portugal: Porto, 2000.

MACHADO, Maria Conceição Abel Missel. **Submissão e poder: mulheres operárias de Caxias do Sul, 1900-1950**. Porto Alegre: PUCRS, 1993-227p. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre.

PORFIRIO, Francisco. "**Dominação para Max Weber**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/dominacao-para-max-weber.htm>. Acesso em 25 de abril de 2021.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**; Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SUHR, Renate Frose. **Teorias do Conhecimento Pedagógico**. Curitiba, PR: IBPEX,2011.

ANEXOS

INSTRUMENTO DE COLETA DA PESQUISA- QUESTIONARIO

INGRESSANTES E CONCLUINTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNEB, DCH-CAMPUS IX.

A pesquisa A graduação em pedagogia como base de ensino sobre relações de gênero, a partir da concepção das discentes. Tem como objetivo analisar o desenvolvimento das concepções de educação no que diz respeito às relações de gênero, entre estudantes da formação inicial em pedagogia na UNEB-campus IX.

A pesquisa é de iniciativa das estudantes Clea Gomes de Abreu dos Santos e Janaina de Oliveira de Alcântara, concluintes do Curso de Pedagogia da UNEB, DCH-Campus IX, e será destinada, apenas para o desenvolvimento da dissertação do trabalho de conclusão do curso para alcançar o grau de graduadas.

Toda e qualquer dúvida sobre a pesquisa poderá ser encaminhada para o e-mail cleaabreusantos@hotmail.com e janinaalcantarabrs@gmail.com ou contatados por meio de WhatsApp pelos números +55 77 99918-1238 ou +55 77 98837-4841. A presente pesquisa conta com a orientação do Professor Me. Gerson do Carmo Argolo (UNEB). Diante dos riscos explicitados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), fica assegurado ao participante deixar de responder questões ou desistir de participar da pesquisa, a qualquer tempo, sem necessidade de justificar os motivos.

Para garantir a integridade das respostas e do consentimento de participação na pesquisa, orientamos que guarde em seus arquivos uma cópia do questionário respondido e da TCLE. Em relação a privacidade, sigilo e preservação dos dados que possam identificá-los, somente a equipe de pesquisa (pesquisadoras e orientador) terá acesso às respostas individuais, sendo os resultados publicados de forma totalizada, sem vinculação individualizada.

Ao responder este questionário, Senhor(a) concorda que suas respostas possam ser utilizadas para desenvolvimento de trabalhos científicos e de natureza acadêmica. A sua participação é muito importante para que essa pesquisa seja efetivada; desta forma, conto com sua participação e colaboração em responder o presente questionário até o dia 05/06/2021. Público-alvo: Discentes concluintes do curso de Pedagogia da UNEB, DCH-Campus IX.

Confirmação do consentimento de participação: Senhor (a) participante, após está ciente dos riscos, benefícios e garantias informados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponibilizado.

DADOS ACADÊMICOS

1. Semestre em que está matriculado (a)?

2. Turno em que está matriculado (a)?

3. você se considera de gênero?

() Masculino

() Feminino

() Homem transgênero

() Mulher Transgênero

() Homem Transexual

() Mulher Transexual

() Cis gênero

() Outros

4. Por qual (is) motivo (s) você está cursando o curso de pedagogia?

5. Qual o gênero é predominantemente em sua sala de aula?

6. Quantos estudantes do gênero masculino, feminino ou trans, compõem sua turma?

7. Você conhece algum estudante de gênero trans ou masculino que sofreu ou sofre preconceito por ser estudante de pedagogia? Descreva.

8. Você já presenciou algum tipo de violência ou discriminação com estudantes ou pedagogo em relação ao gênero?

() sim

() Não

Se presenciou tomou alguma atitude? Justifique.

9. Você cursou algum componente curricular ou participou de outras atividades sobre relações de gênero?

10. Você considera que a inclusão da temática relações de gênero, no currículo de pedagogia promoverá conhecimentos necessários para a formação do pedagogo atuarem na cultura patriarcal no ambiente escolar?

11. Você considera a sua vivência familiar e social como um processo que fortaleceu ou questionou os valores da sociedade patriarcal e machista?

Sim Não Em parte

Explique/ justifique a sua resposta.

12. O curso de pedagogia do DCH-Campus IX vem recebendo um número expressivo de acadêmicos transgênero ou transexual. Percebe avanços no currículo voltados para as relações de gêneros?

13. Para os concluintes – Você considera que a sua trajetória acadêmica influenciou sua concepção a respeito das questões de gênero na educação formal?

sim não em parte

Explique/ justifique a sua resposta.

14. Durante sua trajetória no curso de pedagogia, foi percebido que docentes abordaram questões de gênero na sociedade brasileira?

Sim Não Em parte

Explique/ justifique a sua resposta.

15. Qual sua opinião sobre um termo utilizado atualmente que se refere à “ideologia de gênero”?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
 AUTORIZAÇÃO: DECRETO Nº92937/86, DOU 18.07.86 – RECONHECIMENTO: PORTARIA Nº909/95, DOU 01.08.95



Departamento de Ciências Humanas – Campus IX – Barreiras

COLEGIADO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado (a) Senhor (a), esta pesquisa é sobre A GRADUAÇÃO INICIAL EM PEDAGOGIA COMO BASE DE ENSINO SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO, A PARTIR DA CONCEPÇÃO DAS DISCENTES, está sendo desenvolvida por CLEA GOMES DE ABREU DOS SANTOS E JANAINA DE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA, do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, sob orientação do professor Gerson do Carmo Argolo. A finalidade deste trabalho é contribuir para analisar como são construídas as concepções de gênero pelas (os) estudantes de pedagogia, na UNEB-CAMPUS IX. Solicitamos a sua colaboração para entrevistá-la (o) e aplicar outros procedimentos pertinentes a essa pesquisa, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo na defesa da monografia, eventos e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da divulgação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não haverá nenhum inconveniente. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.


 Assinaturas dos pesquisadores (as)

Considerando, que fui informado (a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos. Estou ciente que receberei uma via desse documento.

 Assinatura do participante da pesquisa ou responsável